

Governo americano pressionará Brasil para acordo provisório

por Paulo Sotero
de Washington

Seguindo uma decisão tomada no mais alto nível do Departamento do Tesouro e do Federal Reserve Board (Fed, o banco central dos Estados Unidos), na última terça-feira, o governo norte-americano deverá intensificar a pressão que já vinha exercendo sobre as autoridades econômicas brasileiras, para que elas cheguem rapidamente a um acordo provisório com os bancos comerciais, que cubra ao menos as obrigações já vencidas da dívida externa. A iniciativa de Washington, sobre a qual grandes bancos americanos foram informados, é convencer o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e o principal negociador da dívida externa, o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, que somente um acordo ou progressos significativos na direção de um entendimento rápido evitarão um rebaixamento para a categoria "value impaired" da classificação dos ativos brasileiros (em poder dos bancos americanos) pela Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), o órgão federal de supervisão do crédito bancário nos EUA.

O Tesouro e o Fed vêem o rebaixamento do crédito brasileiro como um ponto de não retorno, que, uma vez ultrapassado, abrirá as portas para ações retaliatórias por parte dos credores, um progressivo isolamento do Brasil, num pro-

cesso com sérias implicações obviamente nefastas para a administração da estratégia até agora seguida na questão da dívida e para os próprios interesses dos EUA no Brasil.

Essa questão consumiu boa parte do encontro que Bresser Pereira teve com o secretário do Tesouro, James Baker III, no início do mês. Um dia depois da conversação, na qual rechaçou a pretensão brasileira de converter parte significativa da dívida externa do País em títulos de longo prazo, com um desconto nos juros, Baker voltou publicamente ao assunto. Num entrevista ao Los Angeles Times, ele procurou enfatizar o caráter irreversível de um eventual rebaixamento do crédito brasileiro através de uma expressão idiomática e afirmou: "Depois que se bate um ovo, é difícil separar a clara da gema".

Bem antes disso, na verdade desde a volta de Bresser Pereira de sua primeira viagem a Washington, em julho, a embaixada dos EUA em Brasília já vinha manifestando regularmente a mesma preocupação em seus contatos com as autoridades econômicas do governo.

"Isso faz parte do jogo. É um tipo de pressão previsível", disse ontem a este jornal uma fonte oficial brasileira, comentando a insistência de Washington sobre o perigo da reclassificação. Essa declaração reflete bem a atitude que o governo brasileiro adotou em relação à questão já na primeira viagem do minis-

tro da Fazenda aos EUA, quando o governo americano levantou-a pela primeira vez. Como já indicou mais de uma vez publicamente, Bresser Pereira acredita que a ameaça de reclassificação ou é um blefe de Washington para forçar o País a suspender a moratória e abrir mão, assim, de seu melhor trunfo para a negociação ou que, se não for um blefe e de fato ocorrer, não alterará dramaticamente o quadro da renegociação.

A reclassificação "é um problema dos Estados Unidos, não nosso", afirmou ao ser perguntado sobre o tema, após seu último encontro com Baker, o ministro Bresser Pereira, deixando claro que está disposto a pagar para ver.

Procurando esvaziar o argumento no qual o Brasil apóia sua postura, uma fonte oficial qualificada do governo americano indicou ontem a este jornal que, no Departamento do Tesouro e em outras áreas do governo americano, a convicção é a de que as autoridades econômicas brasileiras não estão levando a sério a ameaça da reclassificação do crédito não porque a considerem um blefe, mas porque não entendem do que se trata. De acordo com o funcionário, a atitude do Tesouro e no Fed e em outras áreas do governo americano é de exasperação em relação ao Brasil. "O sentimento dominante é de que, deste lado, se fez tudo o que havia a fazer para ajudar o Brasil", afirmou.

Em julho passado, dois representantes do governo brasileiro tiveram um demorado encontro com Robert Bench, funcionário do órgão federal encarregado

da supervisão da moeda e do crédito ("Controller of the Currency"). Segundo fontes oficiais e bancárias, as autoridades teriam adotado, a partir desse encontro, o ponto de vista, segundo eles equivocado, de que a simples existência de um diálogo formal entre o Brasil e seus credores privados seria suficiente para afastar o perigo da reclassificação. Tecnicamente, o rebaixamento do crédito da categoria "substandard", na qual o Brasil foi colocado em maio passado, quando a moratória completou três meses, para a categoria "value impaired" se dá quando os bancos não estão recebendo juros há mais de 180 dias sobre os empréstimos dos bancos americanos a um determinado país e, simultaneamente, não existe um processo de busca de entendimento do devedor, seja com seus credores privados seja com seus credores oficiais, o que começa pela busca de um acordo com o FMI.

A posição do governo brasileiro, expressa por Bresser Pereira, é de que o Brasil quer o diálogo com os bancos e está disposto até a retomar os pagamentos de juros, no contexto de uma negociação vantajosa para o País. O ministro da Fazenda já informou, também, que o País compreende a importância de um entendimento com o FMI para "feitos de uma renegociação da dívida oficial".

Ele entende, contudo, que, se a ativação de uma determinada cláusula dos regulamentos bancários americanos provocar um desastre, cabe ao governo dos Estados Unidos a responsabilidade de não ativá-la ou de, alternativamente, alterar os regulamentos.